



A MEDICALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE BIOPOLÍTICO: ANÁLISE DO DISCURSO DA ESCOLA EM SANTA CRUZ DO SUL/RS

Veridiana Limberger
Universidade de Santa Cruz do Sul

Camilo Darsie de Souza
Universidade de Santa Cruz do Sul

...

Eixo 2 – Educação, Cultura e Produção de Sujeitos

Esse trabalho é parte de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, onde pretende-se investigar como tem ocorrido uma possível naturalização da medicalização de crianças e jovens, numa interface entre saúde e educação, em Santa Cruz do Sul/RS, problematizando o discurso produzido pela escola a partir do conceito de biopolítica, de Michel Foucault, pois entendemos que está ocorrendo uma visão reducionista, a qual, muitas vezes, busca explicar questões de ordem social em perspectivas individuais, bem como uma possível utilização dos psicofármacos para controle e enquadramento do comportamento.

A metodologia utilizada na pesquisa será a análise do discurso, de Michel Foucault, sendo esta uma pesquisa qualitativa, baseada em análise documental, revisão bibliográfica e problematização das respostas emergentes dos questionários eletrônicos (Google Forms), os quais serão enviados para professores, que atuem em escolas de Santa Cruz do Sul/RS; na rede privada e/ou pública; na Educação Básica, no Ensino Fundamental e/ou Médio. O questionário é constituído de quinze perguntas, de múltipla escolha e discursivas.

Nas experiências da clínica, enquanto psicóloga, em contato com as escolas, as grandes questões giram em torno de expressões como: “a criança não aprende!”, “a criança não para quieta!”, “a criança não respeita!”. São tantas perguntas e demandas das escolas que a necessidade de atendimento clínico especializado e remédios só aumentam, com o objetivo de regular, silenciar, regradar, colocar todos numa mesma “caixinha”.

Não são poucas as vezes que professores cobram o uso da medicação ou a sua

interrupção, exigem que o médico revise a prescrição, dando a entender que é baixa a dosagem ou que o medicamento não está de acordo com a avaliação pessoal (dos professores e dos familiares), pois não está surtindo o efeito esperado no controle do comportamento, da docilidade esperada.

No cotidiano da atuação no CAPSia – Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (serviço integrante da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, instituída pela Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011), temos muitas crianças e jovens diagnosticados com diferentes transtornos mentais, sofrimento psíquico (sem diagnóstico fechado) ou desajustamentos psicossociais que representam um funcionamento não condizente com o esperado pela sociedade. Estes demonstram sintomas de maior agitação, desatenção, hiperatividade, irritabilidade, enfim, dinamismos que refletem também modos de ser e de estar no mundo, que foram construídos a partir das suas vivências em contextos familiares, sociais e escolares específicos. Esses sintomas, muitas vezes, incomodam as famílias ou cuidadores e a escola, que se movem em busca de soluções para o “comportamento desajustado” e não aceitável.

Com relação ao conceito de medicalização utilizado na pesquisa, não é apenas no sentido da prescrição e uso da medicação na infância e juventude, mas da patologização dos comportamentos, que não são entendidos como adequados, aceitos ou conhecidos.

No Renascimento, entre os séculos XIV e XVI, pessoas acometidas pela loucura que viviam livres pelas ruas, começam a ser levadas embora de suas cidades através de barcos, sendo despejadas em locais distantes, evitando o transtorno que causavam. Apesar de não saberem e nem se importarem para onde estavam indo, os loucos podiam viver a sua existência errante com certa liberdade até esse momento.

Ainda que expulsassem os loucos das cidades, pelo incômodo e medo que causavam, a loucura era vista como constituinte da existência humana, não havia uma necessidade de ser extinguida, curada. Já no século XVII, os hospitais passam a substituir os navios e “de banidos das cidades e abandonados a uma existência relativamente livre, eles passaram a ser confinados em casas de detenção” (OKSALA, 2011, p. 27).

Foucault (1999) relata que nesse período, houve ampla criação de casas para internação dos loucos, afirmando que a cada 100 habitantes de Paris, ao menos um passou pela experiência do confinamento e esse regime perdurou por um século e meio. Um

exemplo de instituição nesse sentido, é o Hospital Geral de Paris, fundado em 1656, no reinado de Luís XIII, que deu total poderes aos seus diretores de administrar, corrigir e punir, tanto dentro do hospital, quanto fora dele, a todos os pobres de Paris.

A loucura passa a ser condenada por não ser compatível com um padrão moral de comportamento esperado aos homens, ser concebida como algo que viola a ética do trabalho na Idade Clássica, o que resulta não só no enclausuramento dos loucos (doentes mentais), mas de todos aqueles que são diferentes do padrão estabelecido e esperado do comportamento humano, tanto que na fundação do Hospital Geral de Paris se tinha por objetivo impedir a mendicância, a ociosidade e qualquer fonte de desordem. As instituições de internamento assumem um papel moralizante, com o objetivo de castigar e corrigir defeitos morais, inculcar a ética do trabalho.

Toda essa perspectiva histórica aponta para uma construção social da loucura, a qual foi se transformando através dos tempos, sendo pensada e julgada com diferentes olhares a cada época e necessidade do homem, até chegarmos ao desenvolvimento de uma área médica específica para estudar a loucura, a psiquiatria, aos manuais de diagnóstico, aos psicofármacos e aos CAPS, espaço substitutivo aos manicômios.

Na década de 1970, Foucault passa a se preocupar com a análise das relações de poder dentro da Medicina, especialmente na Psiquiatria, buscando analisar como se articulam saber, verdade e poder nessa relação com a loucura, e a responder como um determinado campo de saber pode produzir certos enunciados e práticas discursivas, fazendo com que determinadas verdades sejam construídas em torno da loucura, dos transtornos mentais.

Caponi (2013) aponta que a loucura é o “fora de cena”, apontando para a necessidade de colocá-la num lugar invisível, onde não pode ser vista. Antes, através dos muros dos asilos, locais de confinamento, hoje, através dos fármacos, que a psiquiatria prescreve, também criticando os tratamentos psiquiátricos no sentido de percebê-los como sistemas coercitivos, ou seja, impostos aos sujeitos, buscando uma homogeneidade.

Caponi (2013) também questiona a expansão sistemática dos diagnósticos psiquiátricos referentes aos comportamentos cotidianos, como podendo ser uma estratégia biopolítica, uma ferramenta de controle da vida, marcando quem é “normal” ou “louco”, quem necessita de tratamento, quem pode ou não ser inserido em nossa sociedade, que não fica no “fora de cena”.

O poder institucionalizado que existe agora, a partir do aparato administrativo da prisão, não busca reconstruir o sujeito de direitos, mas formar um sujeito obediente e submisso.

Foucault (2010), em “Os anormais”, traz discussões sobre o lugar da criança e da infância na psiquiatria, uma relação permeada de saber e poder, afirmando que “para que uma conduta entre no domínio da psiquiatria, para que ela seja psiquiatrizável, bastará que seja portadora de um vestígio qualquer de infantilidade” (FOUCAULT, 2010, p. 267). Quando a psiquiatria torna-se a ciência da infância, da sua conduta, ela pode se tornar também a ciência das condutas normais e anormais, um parâmetro para a análise das condutas, dos comportamentos. Segundo Foucault (2010), a psiquiatria, em meados do século XIX, abandona a doença (alienação mental, delírio, etc.) para se focar nos comportamentos. E nesse contexto histórico e social, temos a medicalização da infância como estratégia de controle e higienização da sociedade.

A escola se utiliza de técnicas de controle e vigilância, desde a organização do tempo e do espaço, o tempo esquadrinhado, as avaliações e toda a disciplina imposta através das regras e normas de conduta, sendo aprovados ou reprovados. Quando o corpo do aluno não se torna dócil e útil, outros elementos entram em cena. A medicalização das crianças e jovens é uma mostra desta normatização, onde aqueles que não se enquadram nos padrões ou não se qualificam enquanto alunos-sujeitos capazes, são encaminhados para atendimentos e/ou serviços especializados, para que recebam o tratamento necessário, objetivando adestrar, controlar, alcançar o padrão e a utilidade dentro do modelo determinado pela sociedade.

Brzozowski & Caponi (2013), referem que a medicalização é o processo pelo qual problemas não médicos/clínicos passam a ser tratados como, afirmando que ela ocorre tanto em processos naturais da vida, quanto em desvios de comportamento, aquilo que destoa do socialmente esperado. E a crítica que ela sugere é o diagnóstico de transtornos mentais em situações consideradas normais.

Foucault (2014) aponta que não há uma ordem nas coisas, mas que tudo que conhecemos é fugaz, arbitrário e contingente. Tudo que conhecemos vem das práticas humanas, construídas na história. Para Foucault, não existem estruturas permanentes que constituem uma realidade dada, mas que todo discurso é sempre uma prática social, um conjunto de discursos que se produz dentro das relações de poder e saber, atualizadas

constantemente. Desta forma, não é o sujeito que é importante para Foucault, mas o discurso, a linguagem, o que os enunciados dizem.

PALAVRAS-CHAVE: Biopolítica; Medicalização; Educação; Saúde Mental

REFERÊNCIAS

BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. **Medicalização dos desvios de comportamento na infância:** aspectos positivos e negativos. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n. 1, p. 208-221, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932013000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 set. 2019.

CAPONI, Sandra [et al.]. **A medicalização da vida como estratégia biopolítica.** São Paulo: LiberArs, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura** – Na idade clássica. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. **Os anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Vigiar e punir** – Nascimento da prisão. 42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Rede de Atenção Psicossocial.** 2011. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html> Acesso em: 15 set. 2017.

OKSANA, Johanna. **Como ler Foucault.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

